



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE AULAS - CIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

EDNALDO DA COSTA BRAZ

**AS TRAVESTIS E SUAS EXPRIÊNCIAS NO
MERCADO DE TRABALHO FORMAL E
INFORMAL EM CAMPINA GRANDE-PB (2000-
2010).**

CAMPINA GRANDE – PB
2012

EDNALDO DA COSTA BRAZ

**AS TRAVESTIS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO
MERCADO DE TRABALHO FORMAL E
INFORMAL EM CAMPINA GRANDE-PB (2000-
2010).**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduado.

CAMPINA GRANDE – PB
2012.

B795t Braz, Ednaldo da Costa.

As Travestis e suas experiências no mercado de trabalho formal e informal em Campina Grande-PB (2000-2010) [manuscrito] / Ednaldo da Costa Braz. – 2012.

46 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Auri Donato da Costa Cunha, Departamento de História”.

1. História. 2. Travestis - Mercado de Trabalho. 3. Discriminação. I. Título.

21. ed. CDD 908

EDNALDO DA COSTA BRAZ

**AS TRAVESTIS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO MERCADO DE
TRABALHO FORMAL E INFORMAL EM CAMPINA GRANDE-
PB (2000-2010).**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau de graduado.

Aprovada em 04/12/2012.

1. ORIENTADOR:

Ednaldo Donato da Costa Braz

2. EXAMINADOR:

Patrícia Cristina de A. Araújo

3. EXAMINADOR:

Maria de Lourdes Lopes Ramos

DEDICATÓRIA

Dedico a realização deste trabalho aos Deuses e Deusas, forças supremas em toda minha caminhada.

Aos meus pais, de quem recebi desde a infância incentivo para aquisição do saber.

AGRADECIMENTOS

Aos Deuses e Deusas, dos/as quais recebi toda a fortaleza para a conclusão de mais uma etapa da vida.

Aos meus pais, Francisca e José, pelo empenho de conduzir-me no caminho do saber.

A professora Auri Donato, pela contribuição dada, na elaboração deste trabalho monográfico.

A Gerson Hóstio e Alcione Ferreira, meus amigos, pela compreensão e ajuda nos momentos difíceis.

E a todos/todas que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização deste trabalho.

Nasci no corpo errado,
Alma aprisionada em grades de outro gênero.
Que importa se dessa forma na vida fui incerta?
O corpo a gente transforma,
A alma a gente liberta.

Marcela Albuquerque (travesti), militante LGBT.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo os sujeitos "travestis". Buscando identificar a visão delas sobre o mercado de trabalho e os espaços que elas ocupam ou deixam de ocupar no referido mercado. Como também trabalhar com as questões direcionadas as diferenças, em que a Travesti ao se diferenciar das regras de condutas/ comportamentos impostas pela sociedade (heterossexista, machista e nordestina) passam a sofrer discriminação, violência e repressão social por parte da sociedade que às levam para à margem. Considerando o exposto foi possível identificar as concepções do mercado de trabalho e como "elas" são vistas e recebidas no Mercado de Trabalho. Assim procurou-se compreender se é ou não a discriminação, o fator de exclusão desses sujeitos no mercado formal, fazendo com que ao não encontrarem seus lugares no mercado formal partam para o mercado da informalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis, Mercado de Trabalho e Discriminação.

ABSTRACT

The present study aims to study the individuals "transvestites". Seeking to identify the vision of them on the job market and the spaces that they occupy or cease to occupy in this market. As well, working with the questions directed to differences, in which the transvestites, when differentiate itself of the rules of conduits / behaviors imposed by society (heterosexist, sexist and northeastern), start to suffer discrimination, violence and social repression by society that lead them to the margin. Considering the above, it was possible to identify the conceptions of job market and how "they" are seen and received in this space. Therefore, we sought to understand is whether or not the discrimination the exclusion factor of these subjects in the formal market, so that when they do not find their place in the formal market, departing to the informal market.

Keywords: Transvestites, Labor Market and Discrimination

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10.
1. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	13.
1.1 Contextualizando o Mercado de Trabalho brasileiro.....	13.
1.2 Trabalho e Mercado de Trabalho: duas categorias de análises para a construção do sujeito social	17.
2. CONSTRUINDO O IMAGINÁRIO DAS TRAVESTIS.....	24.
2.1 Breve histórico do Movimento LGBT/LGBTTS	24.
2.2 Travestis e sua Construção	26.
3. EXPERIÊNCIAS DAS TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO CAMPINENSE	31.
3.1 Relato de suas Experiências em relação a participação no Mercado de Trabalho	32.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40.
REFERÊNCIAS	42.
APÊNDICES	45.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o Mercado de Trabalho a partir das experiências das Travestis, buscando compreender as relações que se constroem a partir das percepções desses sujeitos, relações essas de inclusão/exclusão perante o mercado.

A motivação que nos fez trilhar pelos caminhos desta pesquisa foram instigadas pelo meu círculo de amigades, amigos e amigas LGBTTS (lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Simpatizantes). Pelos discursos de discriminação e preconceito que cada um passou ou passam cotidianamente. Em específico as minhas amigas travestis, que sempre se colocam como as que mais são prejudicadas pelo simples fato de estarem vestidas de mulher ou identificadas pela sua identidade de gênero feminina.

Para a realização deste trabalho foi feita uma abordagem do período histórico de 2000 a 2010, com um recorte temporário, procurando interpretar as mudanças de mentalidades, partindo da discussão que alguns autores nos trazem que estamos numa pós-modernidade, portanto esse critério nos faz crer que haja alguma mudança de comportamento da sociedade em relação às ditas minorias “LGBTTS”, mais precisamente com as travestis.

Em uma sociedade em que o homem tem que exercer papéis sociais estabelecidos para legitimar sua imagem do forte, que não chora, viril, que pega várias mulheres, enfim legitimando uma cultura da força para o homem. E nesse contexto, o homem biologicamente falando “travesti” não se enquadra nessa concepção estabelecida, desta forma, passam a assumir os papéis sociais postos para o feminino, a partir da construção de seus corpos ao tentarem equiparar ao da mulher.

Neste sentido, será um duplo erro, um homem que não age como deveria agir, e ainda tenta construir uma imagem da mulher que também sofre discriminação em nossa sociedade. A travesti será percebida como o sujeito entre fronteiras, não sendo reconhecida nem como homem e nem como mulher. E isso se expande para todas as áreas de vida dos sujeitos, como por exemplo, a família, escola, mercado de trabalho, enfim, todos os espaços que elas passam a ocupar sendo classificadas como estranhas, diferentes.

A partir desta imagem atravessada pelo fator da discriminação e da rejeição, as travestis passam a serem segundo suas falas as que mais são discriminadas em comparação com o homossexual, pois elas carregam em seus corpos transformados (através de hormônios e silicones) a evidência de sua transgressão. Elas são mais visibilizadas pela sociedade em relação a suas vivências sexuais, portanto, ao estarem mais expostas, são as que sentem na pele de forma mais direta a discriminação.

Será que os espaços em nossa sociedade estão se transformando de forma a aceitarem que elas estejam os ocupando? Ainda existe discriminação em nossa sociedade, sendo que estamos a todo o momento discutindo que vivemos em pleno Século XXI e que preconceitos não mais existem? As travestis podem ocupar o espaço do mercado de trabalho igual a todo cidadão/ã? Essas indagações estão presentes em nosso imaginário constantemente enquanto dúvidas, questionamentos em que na maioria das vezes nos pegamos questionando a respeito de suas possibilidades de trabalho/sobrevivência.

As dúvidas a respeito das travestis estarem ocupando espaços no mercado de trabalho, bem como as suas percepções a respeito do que significaria estarem trabalhando de forma digna, igual a todos/as os/as cidadãos/ãs, nos instigaram a realizar essa pesquisa.

Considerando o exposto, a monografia foi dividida em três capítulos: no primeiro capítulo foi discutido o papel do Ministério do Trabalho para a inclusão desses sujeitos no mercado de trabalho. Analisando quais os dispositivos que a instituição se utiliza para incluir as travestis no mercado de trabalho formal, levando-as a concretizarem uma relação profissional digna em nossa sociedade, bem como diminuindo a discriminação nos locais de trabalho.

No segundo capítulo foi feita uma abordagem a respeito do movimento LGBTTS, realizando um recorte direcionando para a construção do sujeito travesti. Qual a construção e representação que perpassam a construção de seus corpos na sociedade, e quais os rebatimentos para a sua vida social.

Em um terceiro capítulo, foi feita uma abordagem sobre as experiências das travestis em relação ao mercado de trabalho, ressaltando como foram construídas estas experiências profissionais para uma maior aceitação, ou acessibilidade no mercado. A partir de quais vínculos lhes possibilitaram uma inclusão no mercado da

formalidade/informalidade, fazendo uma análise a partir de seus relatos perante o mercado de trabalho campinense, como forma de compreender os lugares construídos para a inclusão das mesmas.

São essas argumentações/problematizações as quais iremos abordar para uma compreensão da temática “travestis e mercado de trabalho”, em que a partir de nosso objeto de estudo (travestis) possamos trabalhar suas subjetividades em relação aos seus empenhos no mercado de trabalho.

Com a utilização da história oral estaremos navegando na história de vida das travestis campinenses buscando um direcionamento de como suas relações profissionais passam a serem construídas para uma possível aceitação no mercado formal.

Nas considerações finais, foram realizadas reflexões sobre as proposições para que o mercado de trabalho possa realizar uma ampliação de seus espaços para a inserção do grupo das travestis enquanto profissionais que são iguais a todos os/as cidadãos e cidadãs comuns em nossa sociedade.

1 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Que a nossa sociedade é preconceituosa todo mundo já sabe. E que o mercado de trabalho é concorrido, também. Assim, parte-se do pressuposto que poucas pessoas devam conhecer essa realidade tão bem como as travestis, segundo os discursos pronunciados pelos cidadãos/ãs GLS, GLBT, LGBT, e atualmente configura-se como LGBTTS (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e simpatizantes)¹ Partindo destes discursos iremos analisar como se constituem as relações trabalhistas em relação a essas ditas “minorias sexuais”. A partir de suas experiências em relação ao mercado de trabalho brasileiro, mais especificamente na cidade de Campina grande, estado da Paraíba.

Será realizada uma breve análise da história do mercado de trabalho brasileiro para melhor compreendermos a estrutura das fontes de emprego formal e informal em nosso país. Em que o mercado de trabalho está marcado por uma estrutura segmentada pelo gênero, sendo definido pela dicotomia convencional homem/mulher. Sempre impostas a partir de lugares e posições criados para homens e para mulheres, cada qual com suas devidas experiências. Trabalho de homens e trabalho de mulheres. E as travestis que se tornam um público específico, por mais capazes que sejam estão vinculadas a uma apresentação diferenciada. Tão logo a diversidade sexual venha a se tornar um empecilho sobre a realização profissional desses sujeitos.

Para que possamos compreender melhor os pressupostos de que a estilística da vida construída a partir de uma sexualidade não heteronormativa possa ou não promover um posicionamento diferenciado das travestis no mundo do trabalho como possibilidade de sobrevivência, será feita uma pesquisa bibliográfica e análise de dados apresentados por instituições que desenvolvem atividades para um desempenho dos gêneros no mercado de trabalho brasileiro.

¹ O termo GLS foi criado para designar os sujeitos gays, lésbicas e simpatizantes. Respondendo a mobilização dos movimentos sociais, os mesmos começam a reivindicar a inserção dos segmentos travestis, transexuais e só em 2008, durante a I conferência Nacional LGBT, as lésbicas sugerem a mudança da sigla para LGBTTS para dar visibilidade aos segmentos. Assim, como os travestis e transexuais, por isso o termo atual configura-se na sigla LGBTTS.

1.1 Contextualizando o Mercado de Trabalho Brasileiro

Pochmann (2002) contribui com a nossa discussão a respeito do mercado de trabalho, ele vem afirmando que desde o início dos anos 80, no mercado de trabalho há uma redução do assalariamento com registro e um aumento do desemprego e de ocupações não organizadas. Em oposição às décadas anteriores, de 1940 e 1970, com a inserção no país de indústrias pesadas elevando assim o aumento na contratação de trabalhadores para a produtividade.

Ainda segundo o mesmo autor, a crise da dívida externa nos anos 80 levou à adoção de um conjunto de medidas para que houvesse uma retomada do crescimento econômico no país. O que acontece é que num cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas, sem falar num contexto de hiperinflação, o país termina rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurada nos anos 30. O que acarreta numa desaceleração da economia e principalmente no número de ocupações no setor primário da economia.

Sendo assim, a estagnação da economia a partir de 1990, nos leva a adoção de um programa de liberação comercial, desregulação financeira e encolhimento do setor público (privatização, fechamento de empresas, e órgãos de demissão de funcionários públicos), combinado com políticas econômicas recessivas. Com isso, verificou-se rapidamente a destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de cerca de 2,2 milhões de postos regulares e regulamentados somente nos anos 1990/92 em todo o país. Esse fator levou a um aprofundamento do processo de deterioração das condições e relações de trabalho e de permanência das altas taxas de desemprego aberto sinaliza a existência de uma fase em que o emprego regular e regulamentado encontra-se deslocado da centralidade das políticas macroeconômicas. Elas se voltam muito mais para o combate da inflação e para o curso da modernização econômica do que para o enfrentamento da questão do desemprego.

A partir de 1990, o emprego industrial perde importância relativa no conjunto da ocupação, segundo Cardoso Jr (2006), levando-nos a uma ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho, que se refletiria em sete fenômenos interligados, em que o autor relata cada um deles: (1) no perfil setorial das ocupações urbanas localizadas no terciário (comércio e serviços); (2) no

alargamento dos segmentos considerados pouco estruturados do mercado de trabalho (trabalhadores sem carteira assinada, pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados); (3) na tendência à precarização ou perda de qualidade dos postos de trabalho (das assalariamento formal, comprometimento de direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, jornadas de trabalho mais longas, remuneração oscilante no tempo, múltiplas fontes rendimentos, etc.); (4) na estagnação das remunerações provenientes do trabalho, em particular dos segmentos assalariados da estrutura ocupacional; (5) na piora distributiva funcional (repartição da renda entre rendimentos do capital e do trabalho) e pessoal (repartição dos rendimentos do trabalho entre os ocupados); (6) o aumento dos níveis de desocupação e desemprego aberto; e (7) mudança no padrão vigente de mobilidade social.

É importante ressaltar que a partir do exposto pelos autores que há uma redução absoluta do total de postos de trabalho, levando a uma queda na qualidade de empregos, já que é a indústria a grande responsável por manter e criar postos de trabalho com maior proteção formal e níveis mais elevados de rendimento. Isso fez acarretar o desemprego elevado e o crescimento da precarização das relações de trabalho como resultado dessa política macroeconômica de nosso país.

Política essa que nos coloca em um amplo processo de desestruturação do mercado de trabalho que pode ser caracterizado por:

1. Crescimento patológico do setor terciário (comércio e serviços) da economia;
2. Crescimento expressivo da informalidade das relações de trabalho;
3. Aumento não desprazível dos níveis de desocupação e desemprego;
4. Precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho;
5. Estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho;
6. Piora da situação distributiva, tanto do ponto de vista da distribuição funcional da renda quanto da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho;
- e 7. Alteração significativa do padrão de mobilidade social integracional vigente no país entre as décadas de 1920 e 1980. (CARDOSO JR, 2006, p. 11).

Essa descentralização abordada pelo autor nos insere numa trajetória de descaminhos para o nosso mercado de trabalho, que irá contribuir ou até mesmo instituir novas inserções ocupacionais para os nossos/as trabalhadores/as. Que será a busca de novas possibilidades de sobrevivência a partir de um período histórico que está se firmando com uma maior desestruturação econômica do país.

Ao descrever este contexto histórico do mercado de trabalho brasileiro, estaremos compreendendo como os postos de trabalho passam a serem desvalorizados, desqualificados, influenciando desta forma, na realização do trabalhador de realizar-se profissionalmente. Seja ele heterossexual, homossexual, bissexual, travestis, transgêneros, não importando em que grupo ele/ela se sinta pertencente, mas enquanto cidadão no interior de uma sociedade moralista como é o caso de nossa sociedade.

Partindo dessas discussões sobre o nosso mercado de trabalho, Lima (1983) vem propondo a discussão afirmando que:

As oportunidades de trabalho para o homossexual no país estão, em grosso modo, no mesmo patamar da mulher casada (com ou sem filhos), do idoso, aposentado, deficiente físico e menor sem serviço militar. Se negro, o gay ou lésbica enfrenta duplo preconceito, ou seja, pelo comportamento homoerótico e pela cor da pele. E a realidade é que, tecnicamente, pouco se sabe sobre a questão. O setor oficial não tem nenhum estudo a respeito ou cogita realizá-lo, não obstante o Ministério do Trabalho já tenha detectado de forma sensível a presença da variável homossexualidade nas relações de emprego. Também nas entidades representativas dos trabalhadores, o problema é deliberadamente omitido. Nem o departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, o conceituado DIEESE, com 26 anos de funcionamento, jamais foi solicitado a pesquisá-lo pelos 4 mil sindicatos, federais ou confederações responsáveis pela defesa dos direitos de todos os assalariados brasileiros, independentemente de sua opção erótica (LIMA, 1983, p. 14).

O autor procura fazer um apanhado de algumas instituições que dão ou deveriam dar amparo legal para os/as trabalhadores/as e passa a mencionar as ausências de um trabalho com essas classes excluídas de nossa sociedade. Ele aborda diretamente o Homossexual como categoria de análise para com o segmento LGBTTS (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e simpatizantes). Em que o mercado de trabalho passa a se tornar algo distante desse segmento, até por que ele os compara a idosos, mulheres com ou sem filhos e deficientes físicos, portanto, há uma grande quantidade de sujeitos discriminados/as e excluídos/as em nosso mercado.

E quando se passa a questionar em nossa atualidade sobre as ausências desses segmentos no mercado e não só nas instituições desempenhadas para a proteção do trabalhador, mas também para as associações que se dizem trabalhar com a temática, no caso das “Associações de Homossexuais”, simplesmente há um

silenciamento em relação à temática ou um oportuno discurso que se dizem não serem procurados pelos/as trabalhadores/as que passam por algum problema em seus postos de trabalho. Questões irão ser abordadas adiante no decorrer do trabalho.

1.2 Trabalho e Mercado de trabalho: duas categorias de análises para a construção do sujeito social

O trabalho é visto como um fator de sobrevivência, de humanização, pois de certa forma o dignifica e o torna parte integrante da sociedade. O autor NOLASCO, em seu livro *O Mito da Masculinidade* trás uma discussão em relação ao trabalho, pois este seria a base para a construção da identidade do homem.

O trabalho define a primeira marca de masculinidade, na medida em que, no plano social, viabiliza a saída da própria família. Aparentemente, o trabalho confere ao homem um status de independência que se limita ao âmbito financeiro. Uma de suas funções é dissolver o vínculo com a família, tornando-o, sob o pretexto da independência, indivíduo comprometido com a opressão “produtiva” e com a reprodução dos valores da ordem capitalista (NOLASCO, 1983, p. 15).

Se o trabalho define a primeira marca da masculinidade, que é quando o homem se torna independente e se desvincula dos laços familiares, como os sujeitos “travestis” irão adquirir essa primeira marca de suas construções indenitárias, a partir de que momento eles/elas irão se desvincular desses laços afetivos com os familiares e se tornarem independentes para o atendimento de suas necessidades?

Propomo-nos a realizar essa discussão pelo simples fato de tentar inserir essas/esses sujeitos no mercado de trabalho. Para NOLASCO (1993), “o trabalho desempenha uma função importante na vida do homem, fazendo-o sentir-se reconhecido e aceito socialmente”, sendo assim, como o sujeito travesti pode estar se reconhecendo e sendo reconhecida no interior de nossa sociedade. A partir de que justificativa o trabalho pode lhe servir de referência para a sua aceitação no mercado de trabalho e na sociedade.

Considerando-se que é a partir do trabalho que o homem passa a construir-se socialmente, a ser aceito e reconhecido enquanto cidadão em nossa sociedade,

quais os pressupostos que levariam esse sujeito “travesti” a se auto realizar-se, já que partiremos da hipótese que não são aceitos perante o mercado de trabalho. Logo, a partir do exposto o mercado de trabalho ao invés de ser para eles/elas um espaço de inserção que legitima suas independências sejam elas financeiras, ou familiares, irá se tornar um espaço de exclusão e de desestruturação da auto-estima dos sujeitos travestis.

O mercado de trabalho, segundo SOUSA (2006, p. 184) é “onde se encontram pessoas que estão aptas a participar da atividade produtiva da economia e as que procuram esses trabalhadores potenciais para a manufatura das matérias-primas, e conjuntamente com o capital, gerarem um produto final através do trabalho”. Sendo assim, permanecemos numa relação direta entre trabalhadores e capitalistas que a partir de uma relação econômica para o capitalista como busca de lucro e para os trabalhadores como forma de sobrevivência. Em que o somatório dessas relações que pendem mais para os que estão no lugar de dominação, que são os detentores do dinheiro, esses que podem criar normas, padrões a serem seguidos pelos trabalhadores como forma de controle da situação. Criando restrições perante a sociedade, e não só perante a classe dos LGBTTS, mas restrições que pesam bem mais nesse segmento.

Pois qual a representação que uma travesti irá ter para se inserir numa busca por um emprego formal, que tipo de posicionamento ela pode esperar do mercado de trabalho que irá lhe perceber como um sujeito ambíguo masculino com traços feminino. Segundo Louro,

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p. 78).

A partir da construção do diferente, do que incomoda, do que é tido como não normal para a sociedade, o travesti se enquadra nesse imaginário do que não é convencional para os nossos olhos. Por mais que seja a imagem de uma mulher, sem que se esqueçam de que estão em um corpo de homem, por mais que haja

transformações constantes a base de hormônios e silicone. E daí surge à idéia do homem e da mulher, como natural, ligando o homem ou a mulher a uma essência, como se não houvesse novas configurações de homens e mulheres. Ao abordar essa idéia do diferente, do anormal, é mais uma forma de naturalizar e normalizar a heterossexualidade, sendo assim, não há uma maneira de questioná-la. E a travesti passa a ser percebido como o sujeito que foge das normas, ou padrões de uma sociedade heterossexista.

O mercado de trabalho partindo dos conceitos abordados por Sousa está dividido em mercado formal e mercado informal. Ele afirma que:

os trabalhadores do sistema formal vivem num sistema total de garantia, tem carteira assinada, pagam as suas obrigações legais e tem uma certa segurança, quanto ao futuro. Por outro lado, os trabalhadores informais vivem sem garantia, quanto aos seus vencimentos, não tem obrigações legais a pagar, vivem num clima de completa insegurança. Exemplo dos vendedores ambulantes e aprendizes, auxiliares e muitos outros (SOUSA, 2006, p. 184).

O que se pode constatar é que o mercado de trabalho está cada vez mais desestruturado e que essa desestruturação afeta direta e indiretamente os trabalhadores que perdem seus direitos sociais a cada dia que passa. O autor nos trás uma abordagem em que a divisão desse mercado de trabalho já está intrínseco um fator de exclusão direto, pois para aqueles que de alguma forma ainda estão aptos para o mercado formal serão os trabalhadores: homens, brancos, adultos (nem jovem demais, nem velho), heterossexual, enfim, e acima de tudo qualificado para esse mercado que se torna cada vez mais exigente. Sendo assim, a informalidade já se percebe um aumento significativo desde 1992, quando o mercado amplia o seu setor terciário e de serviços levando a um aumento significativo de desemprego formal em nosso país. Momento em que os homens passam a inserir algumas possibilidades de trabalho que não aquelas que lhes dêem garantias futuras como forma de sobrevivência.

Considerando o exposto, verifica-se não mais uma conquista do emprego tão sonhado/desejado pelos trabalhadores. MOTA (2000) ressalta o surgimento do termo “empregabilidade”, pois para a autora,

não é mais exclusividade a luta pela garantia dos direitos sociais, de estabilidade e de condições de trabalho mais equânimes e saudáveis

próprias do “padrão fordista”. Agora, o que está na ordem do dia é a conquista de postos de trabalho, ainda que isso represente, o exercício de qualquer atividade remunerada, mesmo que, sem vínculos empregatícios ou com contratos temporários de trabalho (MOTA, 2000, p. 211).

Em nossa contemporaneidade um fator que está propenso à submissão cada vez mais dos trabalhadores é a terceirização, e com isso a realização desses trabalhadores que não encontram mais um trabalho que lhe instigue uma realização enquanto profissional e pessoal, mas o que vemos hoje é a precariedade das condições de manutenção da própria existência e de seus dependentes que se submetem a qualquer forma de trabalho mesmo que não lhes garanta melhorias futuras, seja um seguro morte, ou uma aposentadoria, mas a garantia de sua sobrevivência naquele momento, não importando o que seja seu trabalho. Portanto, vemos crescer o número de trabalhadores que sujeitam a essa política de mercado de nossa atualidade, são eles: o camelô, o biscateiro, pedreiro, encanadores, dentre outros tantos. Partindo dessas considerações, podemos imaginar esses trabalhadores com suas profissões formalizadas, construídas no seu dia-a-dia, e pensarmos como as travestis podem se equiparar, ou se profissionalizar num mercado que passa a excluir os seus empregados que são “qualificados” e quanto mais às travestis que se colocam como sujeitos que não puderam obter seus espaços na sociedade. Portanto, recaindo nessa empregabilidade tão assustadora para os/as trabalhadores/as.

Como forma de tentar descrever a respeito do assunto, fui procurar o Ministério do Trabalho e esclarecer a respeito de minha pesquisa como forma de adquirir material/documentação para análise, relatei minha preocupação para com as/os travestis perante o Mercado de Trabalho como forma de procurar entender a realidade de mercado de nossa atualidade, acharam interessante o assunto, porém, não poderia me ajudar pelo fato de não haver nenhum ato de discriminação nos espaços de trabalho. Afirmaram não haver nenhum registro que possa confirmar se já houve, ou irá haver a existência de discriminação nos espaços de trabalho. O que poderiam fazer por mim era me indicar um site que eu poderia encontrar algo sobre dados do Mercado de trabalho formal em Campina Grande. E isso foi o que fiz, pelo fato de haver uma ausência de material no Ministério, direcionei meu olhar para o mercado formal de Campina Grande.

Para comprovação ou não dessa realidade, passamos a buscar dados concretos sobre o mercado de trabalho como forma de análise para a discussão de nossa temática, ao tentarmos realizar a pesquisa no Ministério do trabalho, fomos direcionados para os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) que nos trás uma grande quantidade de números em se tratando de empregabilidade formal em nosso país, porém não nos trás nenhum registro quanto aos empregos divididos por gênero e sexo. No site encontramos vários projetos, um Projeto que afirma trabalhar a discriminação e a diversidade nos locais de trabalho, cujo próprio nome do nos mostra que as discussões de sexualidades passam longe de serem abordadas de forma específica no projeto, que se chama “Projeto Igualdade Racial: desenvolvimento de uma política nacional para a eliminação da discriminação no emprego e na ocupação e promoção da igualdade racial no Brasil”, buscando diminuir as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, com atenção especial às mulheres negras, juntamente com outro trabalho que é a discussão para amenizar a discriminação e o preconceito em relação a pessoas com HIV/AIDS nos espaços de trabalho, esse projeto é muito importante e trás dez princípios para que haja uma boa relação entre empregados e trabalhadores no local de trabalho, que são: “1- reconhecimento do HIV/AIDS como questão relacionada com o local de trabalho; 2- não discriminação; 3- igualdade de gênero; 4- ambiente de trabalho saudável; 5- diálogo social; 6- screening para fins de exclusão do emprego ou de atividades de trabalho; 7- confidencialidade; 8- continuidade da relação de emprego; 9- prevenção e 10- assistência e apoio”. Projeto muito importante para os/as portadores/as de HIV/AIDS, pois através dos direitos humanos visa à realização de um trabalho em que dissemine uma promoção de cidadania para esses sujeitos que estão acometidos pela doença. Não estamos aqui questionando sobre esses projetos que são tão importantes para uma maior acessibilidade desses segmentos no local de trabalho. Mas vemos questionando a ausência de projetos para com os/as sujeitos travestis.

Não só o Caged, que apresenta projetos para trabalhar com as diversidades de gênero e discriminação racial, mas também a OIT (Organização Internacional do Trabalho) lançou alguns programas para amenizar as desigualdades de gênero no Mercado de Trabalho, como o programa “Promovendo a Igualdade Salarial” de 2008, em que busca uma equidade salarial entre homens e mulheres no Mercado de

Trabalho, esse programa visa uma avaliação dos postos de trabalho no mundo buscando uma remuneração correspondente e justa entre homens e mulheres. Outro programa também criado pelo OIT é o “Negociação Coletiva de Trabalho e Equidade de Gênero e Raça no Brasil” de 2009, dando continuidade ao programa anterior para buscar o direito ao trabalho para ambos os sexos e não só legitimando e reafirmando o lugar de destaque construído para os homens.

Ao mencionar esses programas estamos reafirmando a necessidade de instituí-los para que haja uma relação de igualdade dos gêneros, mas deveriam ser criados programas que trabalhassem com a classe LGBTTS que se sentem tão discriminados perante a sociedade e conseqüentemente perante o mercado de trabalho. A ausência de programas e projetos que visem trabalhar com os/as cidadãos/cidadãs travestis para a construção de suas identidades.

Por haver uma ausência de leis que fortaleçam o segmento LGBTTS em nossa atualidade, em 2004, o governo Lula lançou um Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra os LGBTTS (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros) e da Promoção da Cidadania Homossexual. O “Brasil se Homofobia”, é uma cartilha que surge propondo uma mudança de comportamento dos gestores públicos. Articulando uma série de direitos dos cidadãos/ãs, entre eles, o Direito ao trabalho, numa tentativa de garantir uma política de acesso ao mercado de trabalho formal.

Art: VII – Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual.

Articular, em parceria com o Ministério Público do trabalho, a implementação de políticas de combate à discriminação a gays, lésbicas e travestis no ambiente de trabalho.

Apoiar e fortalecer a rede de Núcleos de Combate à Discriminação no Ambiente de Trabalho das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ampliar a articulação com o Ministério do trabalho, na implementação da políticas de combate à discriminação no ambiente de trabalho, incluindo nos programas de políticas afirmativas existentes, como GRPE (Gênero, Raça, Pobreza e Emprego) e da fiscalização do trabalho, o combate à discriminação de gays, lésbicas e travestis, bem como de políticas de acesso ao emprego, trabalho e renda.

Desenvolver, em parceria com o Ministério do Trabalho, programa de sensibilização de gestores públicos sobre a importância da qualificação profissional de gays, lésbicas e travestis, nos diversos segmentos do mundo do trabalho, contribuindo para a erradicação da discriminação (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 24).

Vale ressaltar que esse Programa Brasil sem Homofobia se apresenta como um conjunto de ações destinadas à promoção do respeito à diversidade sexual e ao combate as várias formas de violação dos direitos humanos de LGBTTS. A necessidade da implementação desse programa é de fundamental importância, pois os homossexuais/travestis são tratados nos mais variados espaços e em específico nos locais de trabalho com preconceito.

Assim o programa poderia ser utilizado como forma de amenizar o preconceito/discriminação existente nos locais de trabalho em nosso país. Pois em nossa realidade excludente de mercado, a travesti será vista como “o diferente”, posição em que a qualquer momento ela possa estar sendo motivos de chacotas, piadas, com atribuições depreciativas que de certa forma possa dificultar seu desempenho profissional.

2 CONSTRUINDO O IMAGINÁRIO DAS TRAVESTIS

2.1 Breve histórico do movimento LGBT/LGBTTS

Para uma maior compreensão da temática, faz-se necessário uma breve descrição da temática dos homoafetivos. Como forma de construirmos e desconstruirmos conceitos e concepções a respeito das sexualidades.

A homossexualidade como é mais conhecida em nossa sociedade, surge desde aproximadamente 1869, período em que o indivíduo sexual passa a ser percebido não mais como alguém que passa a ser praticante de um ato sexual com pessoas do mesmo sexo, mas a partir desse momento é visto como um “doente”, “pervertido” em função de seus desejos por pessoas do mesmo sexo.

Não mais era vista como uma forma de transferência de conhecimento que seria transmitida através do ato sexual de um homem mais velho para um mais novo, isso se dava na Grécia. Já em Roma,

os cidadãos do império romano apresentavam uma expectativa de vida de 25 anos, apenas quatro de cada 100 homens, e ainda menos mulheres, viviam além dos 50 anos. Havia uma pressão contínua para a geração de crianças. A estimativa era de que para a população do Império Romano permanecer estável, cada mulher deveria ter cinco filhos, no mínimo. Catástrofes naturais exerciam um papel de dizimação da sociedade. Tanto a Igreja quanto o imperador buscavam o crescimento demográfico e ambos acreditavam que a punição severa às práticas homossexuais poderia favorecer as relações heterossexuais e, conseqüentemente, o aumento populacional desejado. A partir daí começa-se a perceber a concepção da homossexualidade como construção sociohistórica operada tanto pela Igreja quanto pelo Estado, com a finalidade de fortalecimento político e econômico ao longo dos tempos (FLEURY, 2010, p. 33).

A autora faz uma abordagem em que a homossexualidade passa a ser percebida no mundo antigo, em alguns momentos permitida, e ou estimulada e em outros momentos punida, como na Idade Média, período em que a Igreja desenvolveu uma caça aos homossexuais e todos aqueles que se colocavam contra a moral católica. A sexualidade passa a ser controlada, momento em que o sexo passa a ser uma atividade “suja”, “pecaminosa”, pois o sexo seria apenas para a procriação. Logo, o que acontece com as minorias sexuais são apropriações de

suas vivências como formas a serem vistas como atribuições a algo anormal, como o termo homossexualismo que,

em 1869, o termo “homossexualismo” foi criado pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert para denominar as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A vida em sociedade exigia uma maior “higienização” dos atos sociais, conseqüentemente havia uma maior preocupação em explicar a reprovação desses atos, o que muitas vezes se dava pela categorização de alguns comportamentos como patológicos. Então, o termo “homossexualismo” foi rapidamente vinculado a uma “doença” que deveria ser curada (FLEURY, 2010, p. 34).

Segundo a autora, citada anteriormente, a homossexualidade historicamente é percebida como fator de preocupação, algo que não é normal para a sociedade com o passar dos tempos. Vista como uma doença, o homossexual deveria receber tratamentos para ser curado de tal patologia. O que é interessante percebermos que a Organização Mundial de Saúde (OMS), passa a rotular o homossexualismo como doença (desvio ou transtorno sexual).

Foram grandes movimentos travados pelos sujeitos homossexuais principalmente a partir da década de 1960 para que houvesse a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais, mas também para se legitimarem enquanto cidadãos de direitos, sendo que a retirada do termo do homossexualismo da lista de doenças, só se concretizara em 1999 pelos psicólogos de nosso país, em que segundo o Conselho Federal de Psicologia, determinou que “nenhum profissional pode exercer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”.

É interessante percebermos que desde a década de 1960, mas principalmente na década de 1980, obtivemos em nosso país um fortalecimento da luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas travestis, transgêneros e bissexuais (LGBT). Período em que Associações e grupos ativistas se multiplicam pelo país em defesa dos direitos GLBT.

Dentre os segmentos que fazem parte da construção dos sujeitos homoafetivos me predisponho a tratar do “Travesti” frente seus discursos de exclusão no seio da sociedade. A partir de suas falas tentaremos construir um caminho para tratar da inclusão/exclusão que as meninas falam perante o mercado de trabalho.

2.2 Travesti e sua Construção

Para que possamos realizar uma abordagem do segmento das travestis, faz-se necessário uma compreensão da construção das travestis enquanto cidadãs de direitos em nossa sociedade.

A princípio quando ouvimos a palavra travesti nos vem à mente, aquela figura de um homem biologicamente falando, exteriorizado em uma mulher, que é a questão das vestimentas, do corpo, enfim, de performances que lhe atribuirão o significado do ser mulher.

Para além da mera inversão vestimentária, a experiência travesti e transgênero faz ver que o feminino e o masculino remetem às normas estabelecidas, aos valores, aos símbolos, às representações, mas ela joga com essas normas, desviando os signos que lhes são correspondentes: identificação ao ethos do outro signo, derrisão por sua caricatura, erotismo da ambigüidade, subversão das relações estabelecidas entre os sexos (VALE, 2005, p. 14).

É interessante percebermos que o autor se refere à experiência travesti como uma transgressão de fronteiras, em que se dá uma passagem de um limite estabelecido para o sujeito do sexo masculino para chegar do outro lado, assumindo uma forma feminina. Sendo assim, o autor nos faz pensar nas mudanças que o fazem percorrer essa transgressão.

Ele aborda a vestimenta como sendo um elemento fundamental na definição de nossas identidades de gênero. Ao mesmo que legitima a existência de toda uma gama de significados que se fazem presentes para garantir a legitimidade dos papéis sociais. O corpo passa por uma perspectiva de ter sua anatomia, biologicamente falando de um homem ao mesmo que constrói a representação de uma feminilidade, buscando a imagem da mulher fatal, sexy, estereotipada em uma “mulher ideal”.

Nesse contexto, uma série de condutas estabelecidas para a fabricação dos corpos de homens e mulheres passa a excluir qualquer outra possibilidade de realização dos sujeitos.

As travestis são

peças que nascem do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade. Muitas travestis mudam seus corpos através de hormonioterapia, aplicações de silicone e ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (CONFERÊNCIA NACIONAL GLBT, 2007, p. 52).

É de fundamental importância para direcionarmos nossos olhares para a travesti, compreendermos o processo de feminilização que as mesmas realizam para obterem o resultado esperado, o mais parecido possível ao corpo feminino. Esse processo nos possibilita uma observação da realidade social das travestis que se utilizam de uma série de técnicas/táticas para conseguirem se reconhecerem enquanto femininas.

A transformação dos corpos através de processo de feminilização inicia-se com a extração dos pêlos da barba, pernas e braços. Começa a deixar o cabelo crescer, vestir-se de mulher 24 horas do dia e após esse processo inicia-se a utilização dos hormônios femininos (pílulas e injetáveis), e até mesmo a aplicação de silicone em algumas partes do corpo, principalmente bumbum e seios.

Ao obterem resultados desejados, elas devem negar-se a si próprias, enquanto sujeito biologicamente masculino. Assumindo o papel do sexo oposto ao seu biológico, pois com o processo de mudanças em seus corpos, através de um processo laborioso e doloroso,

eletrólise, depilação, enxerto de silicone, injeção de hormônios, maquiagem, vestuário, maneiras de andar, modos de sentar, imitação na voz, exercícios de postura, com suas decorrências imprevisíveis – ou pelo menos indesejáveis – , tais como furúnculos, anemia provocada pelos hormônios (há quem até fale de leucemia) [...] A voz que “acorda” grave e todo o esforço diário no sentido de agudizá-la, refreá-la nos sussurros e falsetes. A difícil e penosa sustentação nos saltos altos, um suplício para experimentadas mulheres (SILVA, 1993, p. 130).

Todo esse processo laborioso e doloroso segundo Silva 1993, se constitui em um processo de fabricação dos corpos, que perpassa por construções sociais e psicológicas dos gêneros. Não é só buscar mudanças no corpo, mas também na mentalidade das travestis, como elas podem estar sendo vistas pelas pessoas, desde seus familiares até o restante da sociedade. Pois a existência de preconceitos faz com que muitas se voltem para manterem relações mais restritas, ou seja, apenas dentro do mundo gay/homoafetivo.

Até pelo fato de que todas essas mudanças fazem com que a maioria das travestis busque táticas de fugir dos olhares da sociedade que as possam reconhecê-las como gay, bichinhas, ao passo de que elas que queiram quer não estejam vivenciando outro papel social, sem esquecer num corpo de homem. Pois nem todas conseguem esconder traços masculinos trazidos pelos seus corpos.

Mesmo com a utilização de hormônios, silicone, nem todas conseguem esconder, ou disfarçar o aparecimento total dos pêlos no rosto, ou o tom mais grave de sua voz. E justamente esses fatores fazem com que elas não se sintam á vontade para ser quem realmente são ou desejam ser, femininas. Esse é um fator de negação para muitas, pois ao não se reconhecerem como mulheres, por elas próprias e pelos outros, passam a se isolarem. Ou mesmo, andarem somente à noite, como possibilidade de estarem fora dos olhares que a reconhecer enquanto sujeitos anormais que não conseguem assumir o seu lado masculino e nem chegar ao que gostariam de serem reconhecidas, como mulheres.

Durante todo esse processo, os seus corpos passam a sofrer mudanças constantes, desde o aumento dos seios causados pelos hormônios até a aplicação de silicone, seja ele o convencional, mais adequado até o industrial para aquelas que não têm condições econômicas para pagar por uma prótese de boa qualidade. Essa infinidade de mudanças, leva a necessidade de um acompanhamento psicológico para que possam se sentir bem com seus corpos transformados. Até pelo fato de que, segundo as travestis, os hormônios as deixam muito confusas, irritadas a maioria das vezes, sem falar que muito emocionais.

Por mais que haja uma auto-afirmação do papel feminino, buscando alguns padrões de beleza e estética atribuídos as mulheres para uma autoconstrução de si. Para aquelas que passam por todo esse processo citado, e que não conseguem as formas femininas, são conhecidas dentro do próprio segmento, como “traveco”, “travecão”, como forma de ressaltar seu estilo mais masculinizado.

Isso se dá pela construção social de que a imagem a ser alcançada é aquela de uma menina/mulher pequena, magra, mais frágil como forma de legitimar um modelo de mulher construído culturalmente. E nesse processo de mudanças, ela passa a assumir justamente um padrão imposto pela mídia e absolvido pelo segmento lgbt, como possibilidade de construção de uma estética para se tornar mais visibilizada na sociedade, chegando até a ser confundida com uma mulher.

Com essa construção, a travesti passa a ser um divisor de águas ao ressaltar que não existem apenas os binarismos homem e mulher, mas outras possibilidades de vivências, de ultrapassagens pelas fronteiras do social. Encontrando sempre outros lugares sociais que perpassam pelas fronteiras de existências de cada um desses sujeitos.

Como mencionado anteriormente, é no corpo que eles/elas podem ter acesso para o mundo social. É através da afirmação e legitimação da identidade de gênero que elas passam a serem visibilizadas no meio social. Através do processo da fabricação de seus corpos em que elas adotam o gênero que desejam, ou seja, o gênero do outro sexo.

É interessante o estudo dessa temática dentro de uma construção da moral ocidental, em que os sujeitos travestis passam a ser classificadas como o anormal em contraposição a normalidade empregada pelo cristianismo. Ao reproduzirmos o discurso de que há apenas uma possibilidade de vivenciar as sexualidades (heteronormatividade), estaremos negando a realização das sexualidades dos sujeitos travestis, levando em conta que a sexualidade é a realização dos prazeres dos seres humanos, sendo assim, a sexualidade dos sujeitos passa a ser comprometida a partir de uma repressão de suas experiências na sociedade.

Para Foucault, o termo sexualidade só surge no início do século XIX:

O uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e normas, em parte tradicionais e em partes novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. Em suma, tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constitui-se uma “experiência” tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma “sexualidade” que abre para campos de conhecimentos bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções (FOUCAULT, 1984, p. 09-10).

Segundo Foucault, as sexualidades passam a serem historicamente construídas como forma de enquadramento no qual os sujeitos passam a serem classificados a partir de suas condutas/vivências enquanto sujeitos históricos. É interessante percebermos que vivenciamos nossos desejos, prazeres, sensações dentro de um modelo criado para nos enquadrarmos, no qual passamos a viver a

partir de um conjunto de normas estabelecidas em nossa sociedade. Para que possamos ser tratados/as como homens ou mulheres tem que seguir um conjunto de normas estabelecidas do que é papel de homem e o que é papel de mulher para a construção dos papéis sociais, e as travestis passam a serem cidadãs tidas como diferentes numa sociedade em que as normas prevalecem e elas por não segui-las se tornarão excluídas.

Foucault nos trás como discussão a questão da disciplinarização dos corpos, no qual construímos um sujeito normalizado, momento em que cada indivíduo passa a se policiar em relação a suas formas de vivencias na sociedade.

O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças do corpo (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 1987, p. 119).

O corpo é (re) pensado para a reprodução das normas construídas para legitimar a heteronormatividade como única forma possível de vivencia. Sendo assim, os corpos serão sempre espaços de fronteiras, de limites, que estará atravessado por escolhas, que de certa forma, estará previamente estabelecida a forma de agir, de atuar. E o fato de não estar sendo seguido como estabelecido faz com que os corpos passem a se enquadrarem.

Para além do que está posto, há uma preocupação para com o trato com os sujeitos que não se enquadram nesses padrões. Como pensar a vivência de suas sexualidades se não podem sequer serem quem realmente são “mulheres” seja em seus estereótipos, vestimentas, e até mentalmente elas se sentem como tal, mas o que as preocupam é simplesmente o fato de não poderem exercer sua sexualidade sem que sejam visibilizadas pelo que estão tentando deixar para trás que é sua identidade masculina.

3 EXPERIÊNCIAS DAS TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO CAMPINENSE

A partir dos discursos mencionados em relação às travestis entre as comunidades LGBTQTS com relação à discriminação no mercado de trabalho, eles/elas se colocam afirmando que “elas são realmente as que mais sofrem preconceito pelo fato de estarem vestidas de mulher todo o tempo”. Sendo constatada a discriminação, como pensar estratégias de favorecimento que pudesse fortalecer a entrada das travestis no mercado de trabalho formal.

Para nos adentrarmos em nossa pesquisa, já tinha algumas amigas travestis, neste intuito, começamos a frequentar suas residências para que elas se sentissem mais confiantes em estarem relatando suas experiências de vida para nós.

É um público muito difícil de mantermos relações, pois elas na grande maioria não se abrem muito por conta do preconceito que passaram e passam, desde sua aceitação ou sentimento de pertença com a vivência de sua travestilidade (oposição ao travestismo). Tivemos que manter uma relação minuciosa, pois são pessoas que se sentem excluídas por todos, e neste sentido constroem uma auto-defesa muito rigorosa, na maioria das vezes muito ásperas aos que chegam ao seu convívio.

Mantivemos uma relação muito boa com algumas delas, até que nos tornamos amigos/as como resultado de nosso trabalho para com elas. Sentimos-nos sensibilizados pelos relatos e pelas formas de estarem na sociedade, como sujeitos que ultrapassam os limites do que é posto como norma e que se sentem felizes por estarem vivendo da forma que lhe agrada, que lhe deixa feliz, que se identifica.

Realizamos entrevistas com apenas quatro travestis, por questões de dificuldade de participação por parte delas, em que a grande maioria se sentiam envergonhadas, ou não gostariam de se expor, mesmo quando afirmávamos que haveria total sigilo, mesmo assim não aceitaram participar da pesquisa. Contudo, realizamos o trabalho procurando compreender qual a percepção que elas têm em relação a sua permanência e ou exclusão no mercado de trabalho formal e informal. Como possibilidade de pesquisarmos como seria a inserção e ou exclusão delas no mercado.

3.1 Relato de suas Experiências em relação a participação no mercado de trabalho

Neste capítulo discutiremos acerca da problemática envolta ao cotidiano profissional das travestis no mercado de trabalho, no município de Campina Grande-PB. Para tanto utilizaremos as falas das próprias travestis enquanto sujeitos sociais.

Nessa perspectiva será de grande valia, como aporte metodológico a História Oral, que é um singular e importante suporte para a pesquisa histórica, especialmente quando tal pesquisa se volta para os segmentos sociais das chamadas “minorias”.

Porém, essa característica não pode nos induzir a erros como o de considerar uma entrevista como a verdade absoluta, uma vez que “a entrevista, em vez de fonte para o estudo do passado e do presente, torna-se a revelação do real” (PINSKY, 2005, p. 158), e desse modo nos levaria a pensar, erroneamente, a história como imutável.

Sobre a História Oral nós avaliamos que tanto ela como os documentos escritos devem ser problematizados, nenhum deve ser considerado mais fidedigno do que outro, especialmente ao se pensar que na gravação de uma entrevista

Todas as palavras estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. [...] à diferença do texto escrito, o testemunho falado jamais se repetirá exatamente do mesmo modo. (TOMPSON 1998, APUD ARAÚJO & SANTOS, 2007, p. 196).

De acordo com essas considerações é que realizamos nosso estudo, mostrando para as entrevistadas qual seria o intuito de nossa pesquisa para com elas, relatando a importância de tentarmos construir essa pesquisa em nossa cidade. Para que possamos dar visibilidade a respeito de sua existência na sociedade, pois o silenciar as torna invisíveis, até inexistente na sociedade. Ao dar início às entrevistas, uma de nossas entrevistadas Paula (pseudônimo) 26 anos, ao questionarmos sobre possibilidades dela tentar encontrar um emprego formal, se ela já teria conseguido ir à busca de um emprego, ela relatou que

Chegando na Riachuelo, uma vez, já fui no Hiper Bompreço uma vez também. E chegava lá e as pessoas chegavam e diziam, não você tem tudo para trabalhar aqui. Você tem altura, você tem aparência, você tem

tudo para trabalhar, você é educada se expressa bem e tudo mais. Só que, quando eles pegavam a identidade ou liam o nome no currículo, eles falavam seu nome é tal, alguma coisa tá errada aqui. E eu dizia não é esse mesmo. Aí as pessoas olhavam e diziam, ah, então, mais qualquer coisa a gente liga pra você, então. Mais eu creio que vai ser impossível por que as vagas já estão sendo, é já estão meio preenchidas, mas qualquer coisa a gente liga pra você. Então eu sentia nisso que com certeza que existia um tipo de preconceito né. (Paula 2011)².

A fala da entrevistada demonstra o preconceito, pois se coloca tendo um perfil adequado para o lugar que ocuparia, apresentando boa aparência, que é um perfil exigido por proprietários de estabelecimentos comerciais para representar o estabelecimento, assim como uma série de requisitos, ser educada, conversar bem, ter um bom poder de convencimento, enfim, uma pessoa com preparos que pudesse estar ocupando o cargo de vendedora/lojista e que o impedimento de ficar no emprego teria sido a sua documentação por este designar o nome biológico, seu nome masculino. Será que ela não poderia estar trabalhando só pelo fato de ter um nome masculino em documentação e um nome social que estaria de acordo com seu corpo/vestimentas.

Através da fala da entrevistada foi possível identificar, que a institucionalização do nome social nos espaços é de total importância para que elas sejam tratadas a partir da performance de gênero a que está sendo introjetada, uma mulher independentemente de sua condição biológica. A partir das reivindicações dos movimentos LGBTTS no país houve avanços em alguns espaços através de Decretos de Leis garantindo o uso do nome social em repartições públicas a níveis de governo e municípios.

Exemplo desse fato é a assinatura do Decreto nº 32.159 de 25 de Maio de 2011, pelo Governador do Estado da Paraíba Ricardo Vieira Coutinho, que

Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências correlatas. (Diário Oficial, 26 de Maio de 2011).

Esse decreto vem possibilitar melhorias nas formas de tratamento para as travestis e transexuais nos espaços estaduais, evitando assim constrangimentos e

² Todos os nomes das entrevistadas utilizados nas citações, são pseudônimos, em função de exigência das mesmas.

discriminações para as cidadãs travestis e transexuais. O decreto será importante para garantir uma respeitabilidade para cada uma delas, evitando assim, piadinhas do tipo chamar em voz alta o nome biológico de uso nos documentos fazendo com que elas passem por constrangimentos e sejam motivos de risos. Para além desse decreto, os movimentos LGBTs de nosso Estado, como o Movimento de Espírito Lilás (MEL), Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), Grupo de Mulheres Maria Quitéria, Grupo Gayreiros do vale do Paraíba, Associação de Homossexuais de Campina grande (AHCG), e Ação pelo Respeito à Cidadania e a Diversidade (ARCIDE), tentam ampliar o documento para que se torne uma “LEI” não se restringindo apenas as instituições estaduais, mas também municipais e que atinja todos os espaços ocupacionais possíveis que as travestis e transexuais possam estar ocupando.

Com a institucionalização do nome social a partir de uma lei a nível nacional, seria o ideal para que realmente fosse efetivado o reconhecimento de cada uma das cidadãs como forma de abrir espaços para que elas pudessem atuar sem se preocuparem em estar escondendo seus documentos, por sentirem vergonha ou pelo simples fato de estarem lutando contra algo que não se sentem mais pertencentes que é o seu “eu” masculino, representado nos documentos. Essa reivindicação é uma discussão permanente dos movimentos que trabalham com a diversidade sexual como forma de reduzir a discriminação, além de estar garantindo o que está promulgado em nossa constituição “somos iguais perante a lei”, que infelizmente fica estabelecido apenas no papel, pois na prática é totalmente diferente.

Para a grande maioria das travestis é preocupante a questão do nome social, sendo que atrelado a esse fator se encontra a ausência de uma formação profissional, principalmente pelo fato de que as nossas escolas não se encontram capacitadas para recebê-las enquanto alunas. Como elas podem se tornarem uma cidadã, uma profissional apta para o mercado se não podem se quer adentrar ao espaço escolar, que continua reproduzindo as relações de gênero.

Nesse contexto, nossas escolas têm uma culpabilidade para com a formação ou a ausência de formação desses sujeitos, pois como as travestis podem se sentirem acolhidas em um espaço que não desconstrói concepções equivocadas desses sujeitos, passando a legitimar ainda mais as exclusões da diversidade. Por

exemplo, ao ser chamado na caderneta pelo nome de documentação, esse fato acirra ainda mais as brincadeiras, piadinhas, reproduzindo a discriminação, acarretando na ridicularização nos corredores, salas de aula, na ida ao banheiro que se torna um problema constante e não só na escola, mas em vários outros espaços. Enfim, é importante estarmos debatendo esse fator como possibilidade de que será necessário que a escola seja um espaço de discussão, debate e profissionalização das travestis assim como de todos e todas os/as que a freqüentam.

Até por que, na escola não há um trabalho voltado para problematizar ou desconstruir as concepções equivocadas a respeito das desigualdades e das relações de gênero. Há uma ausência de pedagogias, arranjos institucionais para que se possa trabalhar dentro dos espaços escolares com a temática. Sem falar que uma capacitação permanente para os/as professores/as seria de total importância para o trabalho com todos os que fazem parte do meio escolar.

Outro ponto importante na entrevista foi que ao ser questionado em relação à assinatura da carteira de trabalho, como ela se sentia em relação a não ter conseguido um espaço no mercado formal, Paula de 26 anos, nos afirmou que se sentiu mal,

Ah, a gente se sente, eu no meu caso vou dizer por mim né, eu me senti super mal com certeza. Teve uma vez que eu até chorei por que eu realmente, eu não vou dizer que queria no passado, eu quero uma coisa do presente ainda, eu quero um trabalho digno que eu possa ganhar nem que seja um salário pelo meu trabalho e um salário digno, um trabalho digno que eu possa sobreviver. Com certeza a gente se sente excluída e como o próprio nome fala né um pré-conceito as pessoas te julgam sem nem te conhecer, então acho isso muito chato. (Paula, 2011).

Para a grande maioria das travestis e transexuais, vem afirmando que realmente o não acolhimento no mercado de trabalho, reflete numa exclusão que as colocam numa direção às ruas para se prostituírem. Ao afirmarem esse fato da ida às ruas para o trabalho com a venda de seus corpos, como é o caso da fala de Carla aos 30 anos,

Olhe você sabe que preconceito sempre existiu e sempre vai ter num é, sempre vai ter preconceito à gente faz programa, a maioria das travestis faz programa por que a sociedade é a gente é obrigada a fazer programa por que a sociedade não nos dão trabalho. Por que depois que você deixa o cabelo crescer, você usa uma maquiagem, você coloca um peito, você coloca silicone, você anda feminina 24 horas, quem que vai dar emprego a um travesti. Se for eu “um travesti” e um homem, eles preferem dar

emprego a um homem do que eu, entendeu, eu posso ter todos os meus currículos, eu posso ter meus estudos, mas eles não dão por que é a questão do preconceito (Carla, 2011).

A partir desta fala, podemos perceber todo um contexto de preconceitos e discriminações carregadas por elas em relação às suas formas de vivenciarem suas sexualidades. Neste momento o preconceito legitima o não-lugar para a maioria delas que não se sentem acolhidas no mercado e por não encontrarem espaços no mercado, passam a trabalhar a partir da venda de seus corpos.

Ao relatar que entre ela e um homem que possam estar disputando uma vaga no mercado, com certeza quem seria contratado seria o homem, independente por sua qualificação, pois ela será vista de forma inferiorizada, simplesmente pelo que ela representa na sociedade (uma mulher em um corpo de homem). Esse é o discurso que é tão repetido para a grande maioria das pessoas, que às vêm como sujeitos estranhos, diferentes, anormais. Na entrevista, Carla de 30 anos, relata sobre a oportunidade que elas gostariam de ter.

Não é só a questão, por que assim. É como muitas que eu conheço na rua, se elas tivessem um emprego, se tivesse alguém que desse oportunidade, elas não ficavam se prostituindo em rua, elas iam trabalhar por que muitas tem sua capacidade, muitas tem uma profissão. É difícil você vê um travesti que não saiba escovar um cabelo, cortar um cabelo, que não saiba ser boa na cozinha, entendeu. Cada uma tem uma especialidade em alguma coisa, sabe fazer alguma coisa de bom. A sociedade é muito preconceituosa, não dá emprego, infelizmente. E o que acontece é isso, a gente ir pra rua trabalhar, fazer programa, se prostituir. Se a sociedade nos visse como ser humano, como gente e nos desse emprego, as coisas mudavam (Carla, 2011).

Em relação à fala da entrevistada é como se o fato de não encontrarem um espaço de trabalho formal lhes desqualificasse ao ponto de não se sentirem reconhecidas como ser humano e o que as impede é justamente o preconceito inserido na sociedade. Neste momento lhes restando as ruas para o trabalho, mesmo aquelas que se apresentam com alguma atribuição, seja as que sabem fazer uma maquiagem, ou escovar um cabelo, até trabalhar em cozinha sendo secretária do lar, mesmo com estes atributos não são percebidas como cidadãs no mercado.

Vale mencionar que as travestis passam a reproduzir o discurso da exclusão, o fato de não se sentirem aceitas na sociedade faz com que só sejam reconhecidas quando realizam atividades que estejam ligadas ao que é construído para o

feminino, como por exemplo, cabeleireira, manicure, maquiadora, ou o trabalho em cozinhas, na qual essas atividades são estabelecidas para as mulheres. Sendo assim, as travestis teriam a necessidade de realizar essas atribuições como forma de legitimar o processo de transformação de seus corpos.

Para Luciana de 37 anos, formada em matemática ao ser questionada sobre a participação das travestis no mercado de trabalho relatou,

Bem é muito pequena, principalmente no Estado que a gente mora Paraíba né e principalmente em campina grande interior, ainda interior, então é complicado. Eu conheci SayaraMontinelly e Sayara é uma pessoa que foi estilista e uma vencedora e trabalha com o público mesmo no comércio. Eu acredito que era a única que eu via travestida mesmo, todos os dias na batalha e muito respeitada, mas as outras eu não vejo um campo muito grande não, mesmo por que elas não procuram. (Luciana, 2011).

Para ela foi mais fácil encontrar um espaço no mercado por ter se formado, neste sentido a educação lhe propiciou ultrapassar as barreiras da discriminação e do preconceito. Pois em sua fala cita que as próprias travestis não procuram um trabalho, sendo que a grande maioria já tiveram problemas ao tentarem se inserir no mercado formal, e como já se tem essa imagem negativa em se tratando da aceitação, algumas realmente sequer chegam a procurarem emprego, já que tantas e tantas outras já não conseguiram e para elas também não irão conseguir.

Ela cita uma travesti bem conhecida aqui na cidade de Campina Grande que é Sayara Montinelly, que atualmente encontra-se na Espanha trabalhando com prostituição, mas que foi a primeira travesti a trabalhar no mercado da formalidade aqui na cidade. Ela trabalhou na loja Esplanada, situada na Rua João Pessoa, na condição de estilista. E o que nos parece é que a profissão dela também se remete ao feminino, trabalhou com moda. Espaço de trabalho que está fortemente ligado a participação feminina, assim como o grande público são as mulheres.

Segundo a fala de Luciana, ao citar o nosso Estado da Paraíba, localizado na região Nordeste, podemos estabelecer os espaços construídos para homens e mulheres, em que o homem tem que ser forte, viril, macho e a mulher, frágil, fraca, mãe de família, enfim características que buscam legitimar o lugar do homem no espaço público e da mulher no privado.

Na entrevista realizada com Roberta de 26 anos, que trabalha no mercado popular Edson Diniz no Centro de Campina grande, como vendedora de roupas. Como teria conseguido o emprego, ela relatou que

Eu trabalho aqui a uns dois anos, esse box é de minha tia e por isso ela me chamou para trabalhar com ela. Não procurei emprego formal por que sei que não conseguiria, já que é muito difícil de nós travetis conseguirmos um emprego. Mas eu gosto muito de trabalhar aqui. (Roberta, 2011).

Sua fala só vem ressaltar o discurso das outras travestis, de que é muito difícil conseguir um trabalho formal e que é melhor buscar outros espaços para o trabalho. Seja ele na informalidade, como é o caso dela com a venda de roupas que não tem a sua carteira de trabalho assinada, com a garantia de seus direitos, mas que tem um trabalho que lhe garante sua sustentação.

Considerando o exposto, o fato das travestis serem mulheres a partir do sentimento de pertencimento/identificação ao sexo feminino para elas é como se não pudessem ocupar um espaço no mercado de trabalho, pois elas carregam no corpo o desvio da norma, o não cumprimento do que é ser homem, a quebra da virilidade, do que é ser macho. Sendo assim, serão discriminadas por não cumprirem com seu papel biológico, carregando desta forma, um duplo preconceito: o de não assumir seu papel de homem, ao mesmo tempo o de não ser mulher.

Neste sentido, como pensarmos um mercado de trabalho que abra as portas para o que é posto como o diferente, o anormal? Um mercado construído para o homem, como é o caso da construção de nossa cidade.

Campina Grande em seu contexto histórico perpassou por dois grandes ciclos econômicos: o ciclo do algodão e o ciclo da industrialização, ambos ao longo do século XX. E em se tratando dos espaços de trabalhos ocupados por mulheres, segundo (ALVES,2009, p. 42) “em 1980, as mulheres representavam 31,9% do total dos ocupados, passando para 36,2% em 1991 e 39,6% em 2000”, sem falar que infelizmente o aumento da participação feminina ocorreu de forma mais intensa no setor informal da economia campinense.

É importante que em uma cidade onde o mercado de trabalho foi consolidado a partir da participação masculina e que teve menos da metade da participação feminina. Como as travestis poderiam ou podem encontrar um espaço de trabalho,

tendo em vista que elas são vistas como sujeitos desviantes que não assumem sua masculinidade (sexo biológico) e que não são reconhecidas enquanto mulheres.

Para a grande maioria das travestis é como se o próprio mercado as excluíssem como forma de “punição” por não exercerem um trabalho designado a partir de seu corpo biológico. Desta forma, ficariam a mercê de exercerem uma profissão para garantir sua sobrevivência e como forma de conseguir se manter a única possibilidade que encontram é justamente a venda de seus corpos. Primeiro pelo simples fato que nas ruas, elas são o que querem ser e passam a exercerem uma atividade que lhes garantam sustentabilidade econômica e segundo lugar pelo de sociabilização entre elas, em que cada uma pode de alguma forma manter uma relação mais estreita com as outras no sentido de conquista de autoestima, como possibilidade de um acompanhamento de suas vidas que se entre-cruzam por suas especificidades.

O trabalho para elas é a realização de seus sonhos, pois é através do mesmo que elas podem juntar um dinheiro para construir seus corpos (hormonizar, siliconizar), transformados para chegar-se ao que almejam que é o mais próximo possível do que são construídos como corpos femininos (seios fartos, cintura fina, coxa grossa, bumbum grande, voz meiga) enfim, essas representações que são postas como unívocas do que se constitui um corpo feminino. E que elas podem se assemelhar ao máximo possível a ponto de serem confundidas com uma mulher biologicamente falando.

Enfim, o mercado de trabalho para as travestis é necessário para exercerem sua cidadania, enquanto sujeitos de direitos. Partindo do princípio da igualdade de direitos, desta forma, como construirmos estratégias de abertura para elas no mercado de trabalho brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi discutido no transcorrer deste trabalho foi possível identificar a importância de trazermos a discussão à tona dos sujeitos LGBTTS como cidadãos/ãs de direitos em nossa sociedade, em específico a travesti, assim como as transexuais que por se apresentarem de forma diferente de seu sexo biológico, assumindo os papéis designados para a mulher, portanto tendo maior visibilidade social, passam a vida inteira rodeadas de preconceito e discriminação em todos os aspectos sociais e institucionais, seja em suas famílias, escolas, as ruas, o espaço de trabalho como espaço de sobrevivência delas enquanto cidadãs.

A partir da realização da pesquisa, foi possível constatar que o mercado de trabalho está construído com base na imagem do homem, o que ocupa lugar no espaço público, o que trás o sustento para o lar enquanto a mulher fica restrita ao espaço privado. Nesse contexto, a travesti passa a ser o sujeito que estará infringindo as regras do que está posto como norma, tanto para homens como para mulheres.

Ela será percebida como um sujeito de identidade rejeitada, não sendo homem e nem mulher, portanto, um sujeito entre lugares, que assim ao não estabelecer sua identidade masculina ou feminina estará sendo punida pelo ato de transgredir a norma, a ordem. Essa é a imagem para elas, é como se a exclusão de espaços de trabalho, segundo suas falas fosse uma punição para cada uma delas.

Vale ressaltar que a partir do momento em que elas se sintam excluídas dos espaços sociais esse fator influenciará bastante na formação de sua autoestima que não bastasse a luta constante para a construção de seus corpos ainda terem que enfrentar a discriminação e o preconceito tão presente em nossa sociedade.

Por conseguinte, constatamos que há uma fragilidade dos suportes sociais, restando para elas o mercado da informalidade, principalmente a prostituição. Neste sentido é de fundamental importância perceber que as ausências proporcionadas pelo mercado de trabalho, fazem com que elas possam estar desenvolvendo atividades ligadas à informalidade como único meio de sobrevivência.

E como o mercado está perpassado por restrições impulsionadas pelo conjunto de regras construído e legitimado pela sociedade heterossexual. Mais ainda, ligada fortemente a figura do homem como reprodutor do trabalho, as

travestis ficam a mercê de políticas públicas para que se insiram na sociedade como cidadãos de direitos.

Além disso, foi possível observar que as ausências construídas em nossa sociedade podem ser transformadas em espaços de sociabilidade dos sujeitos, sejam eles, homens, mulheres, travestis, transexuais, enfim cada enquanto pessoa, ser humano que necessariamente sejamos cidadãos/ãs de direitos que é o que temos de legitimidade na nossa Constituição Federal de 1988. Iguais de verdade perante a lei, no seio da sociedade, tentando por fim a vulnerabilidade social de cada uma delas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho.** 2ª ed. São paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARAÚJO, Osmar Ribeiro de & SANTOS, Sônia Maria dos. **HISTÓRIA ORAL: VOZES, NARRATIVAS E TEXTOS.** Cadernos de História da Educação – n. 6 – jan./dez. 2007.

BRASIL. **Decreto n. 32.159, de 25 de maio de 2011.** Dispõe sobre o tratamento nominal e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências correlatas. Diário Oficial: João Pessoa, 2011. p. 3.

CARDOSO JR, José Celso. **Observatório de Recursos Humanos em Saúde: Macroeconomia e Mercado de Trabalho no Brasil.** Plano Diretor: trajetória recente e tendência aparente. Brasília – DF, Brasil. Agosto de 2006.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COSTA, Adriano Henrique Caetano. et. al. **Recortes das Sexualidades: Encontros e desencontros com a educação.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL, PNUD, OIT, 2008.

FILHO, Carlos Alberto Paulino. **Adoção por casais Homoafetivos: possibilidade jurídica.** João Pessoa, 2010.

FLEURY, Alessandra Ramos Demito; TORRES, Ana Raquel Rosas. **Homossexualidade e Preconceito: O que pensam os futuros gestores de pessoas.** Curitiba: Juruá, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

_____. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro. Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios. Organização Internacional do Trabalho. 1ª ed – Brasília: OIT, 2010.

JUNIOR, Nelson Elieser Ferreira. **Caio Fernando Abreu: A identidade (re)construída para além do arco-íris.** Ed. Universitária – João Pessoa, 2006.

LIMA, Délcio Monteiro de. **Os Homoeróticos: Os gaye e lésbicas na sociedade brasileira.** Editora: Francisco Alves, 1983.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Charliton José dos Santos. et. al. **Gênero e Práticas Culturais: Desafios históricos e saberes interdisciplinares.** Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p.

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Edição 45. Ano 15. Nov, 2010.

MORAES, Eunice Léa de. **Construindo Identidades Sociais: relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional.** Vol. 1. Brasília: TEM, SPPE, DEQ, 2005.

MOTA, Ana Elizabete. **A Nova Fábrica de Consensos: Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTT, Luis. **Homo-Afetividade e Direitos Humanos: Estudos feministas,** Florianópolis. p. 509-521, 2006.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Campina Grande em Debate: A condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas.** Campina Grande: EDUEP; EDUFCEG, 2009.

PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles. **Incorrigíveis, Afeminados, Desenfreados: indumentária e travestismos na Bahia do século XIX.** Revista do departamento de Antropologia – UFBA. Disponível em: <http://www.ufba.gov.br>, acessado em 03/03/2011.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti: a invenção do feminino.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993. 176 p.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Economia Política e Sociedade.** Edição Eletrônica: Eumed.net, 2006. Texto completo em www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O Vôo da Beleza**: travestilidade e devir minoritário. Fortaleza, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará.

VIANA, Nildo. **Direito do Trabalho, Legislação Trabalhista e Inspeção do Trabalho**. Endereço netAcessado em:

FONTES ORAIS

PAULA. 1º depoimento [fev/2011]. Campina Grande. Entrevista concedida Ednaldo da Costa Braz.

CARLA. 1º depoimento [mar/2011]. Campina Grande. Entrevista concedida Ednaldo da Costa Braz.

LUCIANA. 1º depoimento [jun/2011]. Campina Grande. Entrevista concedida Ednaldo da Costa Braz.

ROBERTA. 1º depoimento [abr/2011]. Campina Grande. Entrevista concedida Ednaldo da Costa Braz.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo de consentimento livre e esclarecido, eu _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da entrevista para a construção da monografia de conclusão de curso com a temática AS TRAVESTIS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL EM CAMPINA GRANDE (2000-2010). Sob a responsabilidade do aluno Ednaldo da Costa Braz e sua orientadora.

1. O objetivo é analisar qual a percepção das travestis, suas experiências em relação ao mercado de trabalho.
2. Os dados serão coletados através de um formulário elaborado para este fim.
3. Minha participação é voluntária, tendo eu a liberdade de desistir a qualquer momento sem risco de qualquer penalização.
4. Será garantido o meu anonimato e guardado sigilo de dados confidenciais. Em nenhum momento ou documento meu será citado e as informações fornecidas por mim apenas serão acessadas pelo pesquisador responsável e sua orientadora.
5. Caso sinta necessidade de contatar o pesquisador durante e/ou após a coleta de dados, poderei fazê-lo pelo telefone (083) 8848-8769.
6. Ao final da monografia, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador.

Campina Grande, 11 de Dezembro de 2010.

Participante

Pesquisador

ROTEIRO DE ENTREVISTAS:

Nome:

Idade:

Identidade de Gênero:

Endereço:

Escolaridade:

Cursos:

Local de Trabalho:

Tempo de Trabalho:

Como conseguiu esse trabalho?

Como é a relação com seus ou suas clientes?

Você já havia buscado outras alternativas de trabalho?

Quais as suas experiências com as leis trabalhistas? Já precisou recorrer ao Ministério do Trabalho? Teve seus direitos respeitados?

Como você vê a participação de outras travestis no mercado de trabalho formal?

Conhece a história de alguma travesti que tentou um emprego formal e não conseguiu por causa do preconceito? Pode contar a história?

Caso queira falar algo sobre você, fica aberto esse momento para que possa descrever o que quiser?